

**CAMPOS DOS
GOYTACAZES**



Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
REDE OBSERVAÇÃO



Rede Observação



Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea “Mapas de conflitos e resistências” foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam no início desta publicação.



Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das



comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

- I** - Sujeitos prioritários;
- II** - Localidade;
- III** - Tema gerador municipal;
- IV** - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;
- V** - Estruturas geradoras de conflitos;
- VI** - Conflitos monitorados;
- VII** - Contexto do conflito;
- VIII** - Mapeamento Participativo;
- IX** - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, “estruturas geradoras de conflitos”, diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal. Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o “contexto do conflito”. Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como





sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

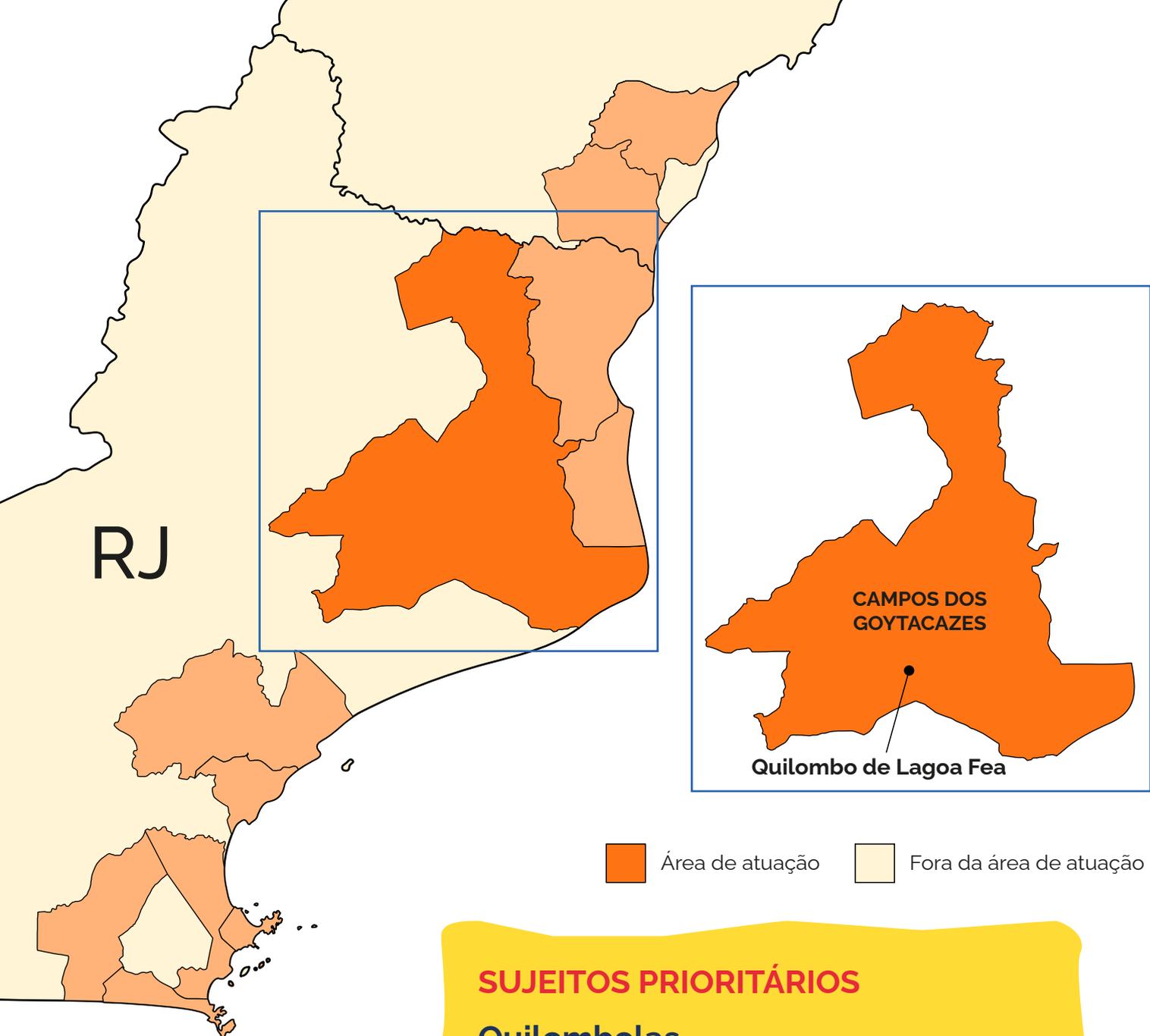
Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Campos dos Goytacazes.







SUJEITOS PRIORITÁRIOS

Quilombolas

LOCALIDADE

Quilombo de Lagoa Fea

TEMA GERADOR MUNICIPAL

Reconhecimento da comunidade quilombola para o acesso a políticas públicas



Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Descaracterização e perda do território quilombola
- Instalação de gasodutos
- Transformações nos rios
- Falta de acesso a serviços públicos de transporte, saúde e saneamento

Estruturas geradoras de conflitos

- Fazendas
- Dutos da cadeia produtiva de petróleo e gás
- Dificuldades de reconhecimento e de valorização da identidade quilombola

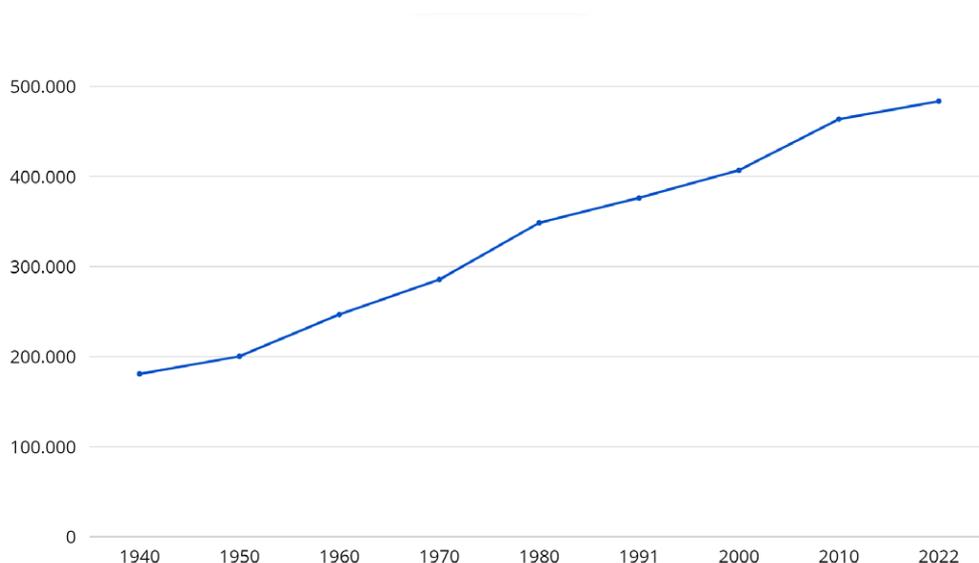
Conflitos monitorados

- Expansão dos dutos presentes no território quilombola
- Reconhecimento e valorização da identidade quilombola para o resgate e manutenção das práticas tradicionais
- Organização social e representatividade

Contexto do conflito

Campos dos Goytacazes é o principal centro da Região Norte Fluminense e apresenta a maior e mais diversificada oferta de equipamentos urbanos fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O município é uma referência regional em termos educacionais e dispõe de uma ampla oferta de cursos direcionados à indústria do petróleo. Embora não tenha instalações físicas dessa indústria, com terminais, usinas e portos, como as vizinhas Macaé e São João da Barra, o município foi sendo transformado nas últimas décadas com equipamentos de comércio e serviços, logística e circulação financeira.

Devido à sua influência regional, atrai recursos financeiros e humanos, fazendo com que seja a maior população do interior do estado.



Série histórica da população de Campos dos Goytacazes



Seu desenvolvimento econômico está historicamente associado à produção açucareira, presente no seu brasão.

A ênfase na cana de açúcar, engenhos e, posteriormente, usinas, moldou a paisagem e os arranjos socioespaciais. A riqueza dos fazendeiros, proveniente da produção açucareira, impulsionou a modernização e industrialização do município, resultando, posteriormente, em uma grande concentração de indústrias de alimentos, químicas e metalúrgicas. Contudo, essa riqueza está diretamente relacionada à utilização de mão de obra africana escravizada.

Para viabilizar o contínuo e progressivo crescimento, entre os séculos XVII e XIX, milhares de pessoas foram sequestradas, escravizadas e obrigadas trabalhar nos engenhos de açúcar da região. Destaca-se que, no Estado do Rio de Janeiro, Campos é o município que tem a maior população negra em relação ao número de habitantes e foi a última a abolir a escravidão no Brasil. Como forma de resistência, muitos escravizados fugiram das fazendas e se organizaram em quilombos. O quilombo de Lagoa Fea é um exemplo. Nele, remanescentes quilombolas seguem r-existindo¹.



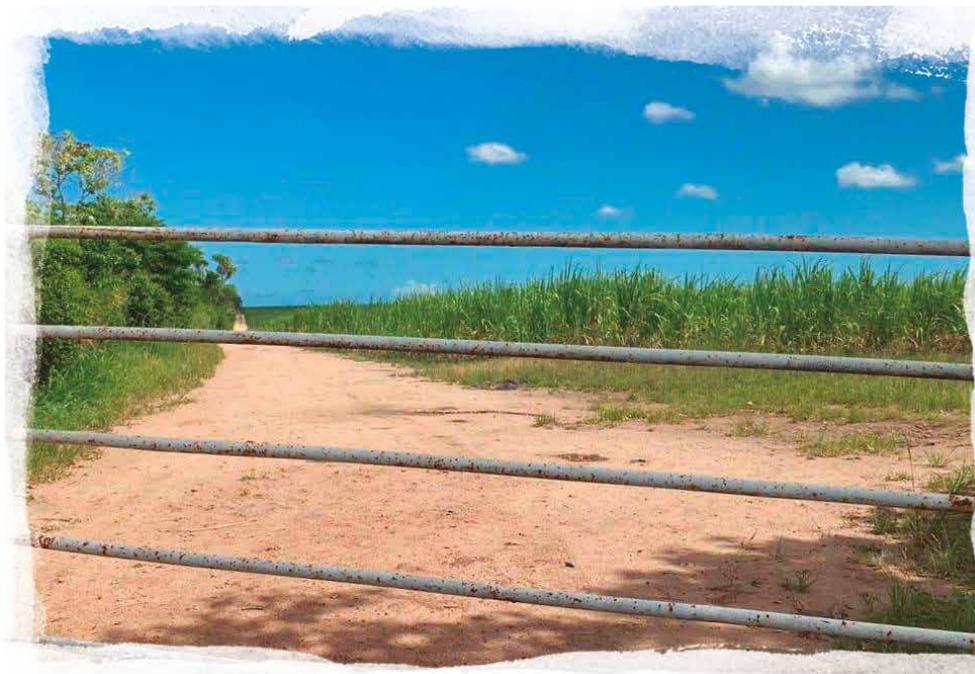
Um exemplo recente da influência da cana de açúcar no território foi a disputa envolvendo a Usina Cupim. Após problemas com desmembramento de cartórios e extravio de documentos, uma área virou propriedade da usina. Esse processo de apropriação do território quilombola por parte da usina contribuiu para o apagamento da história da comunidade. Atualmente ela funciona como Usina Canabrava.

**Sr. Carlito Nolasco, 92 anos,
neto de escravizados**



Brasão de Campos dos Goytacazes

1. Expressão utilizada pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves no texto *De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana* (2008, p. 47). "Mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo."



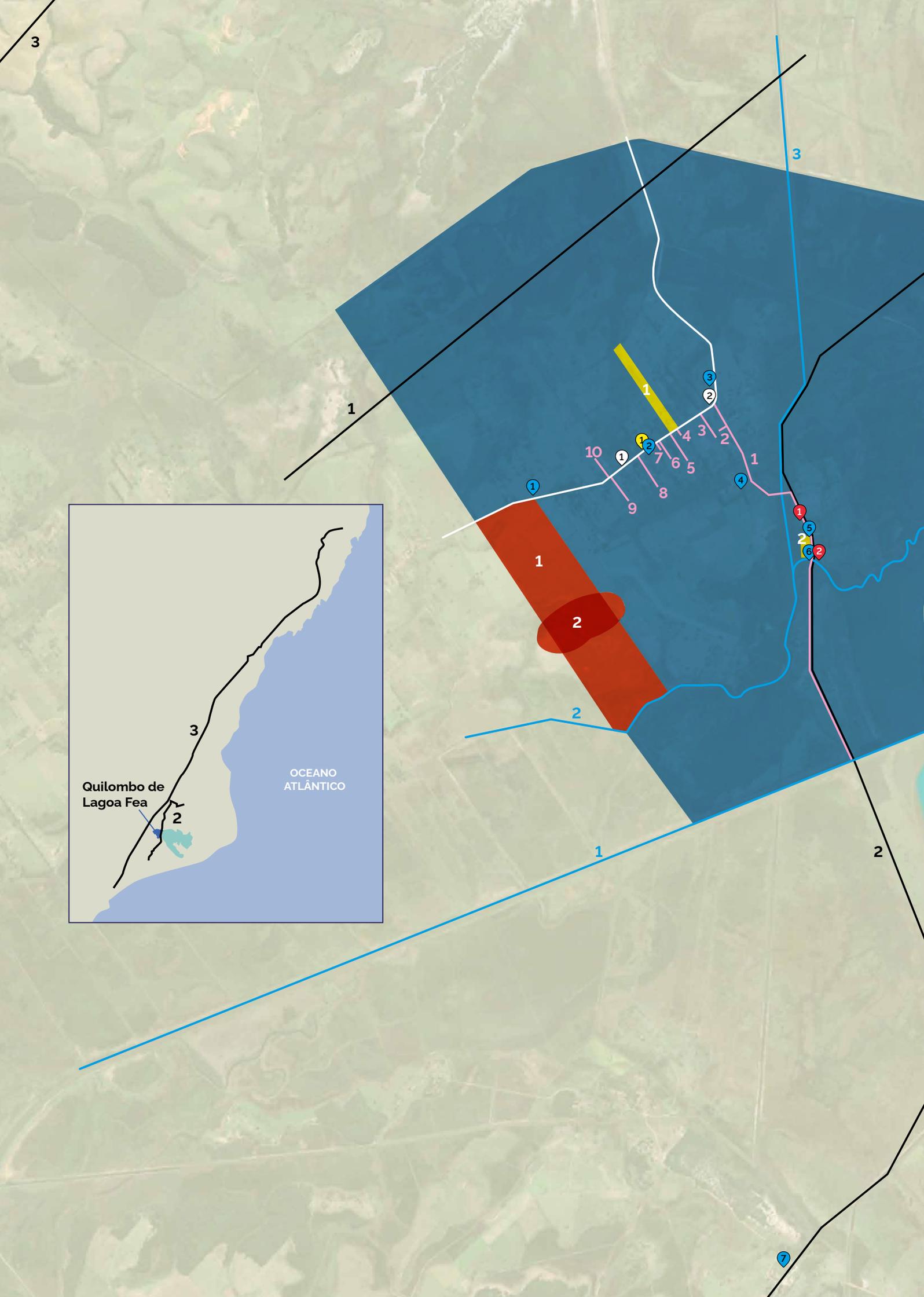
Usina Canabrava

Quando as atividades de plantação de cana começaram a acontecer, a comunidade quilombola foi recrutada para o trabalho pesado. Muitos moradores da comunidade trabalharam na usina e, só então, descobriram que seus antepassados estavam enterrados ali, onde havia um cemitério de pessoas escravizadas. Os quilombolas também relataram que antigamente tinha uma capela de Nossa Senhora da Conceição, que é uma santa negra.



Território
quilombola com a
Lagoa Fea
ao fundo





3

3

1

1

3

2

10

1

2

7

6

5

4

3

2

1

1

5

2

6

2

1

2

2

1

2



Quilombo de Lagoa Fea

OCEANO ATLÂNTICO

3

2



1 Rio Macabú/ Rio novo

2 Rio velho

3 Canal Campos-Macaé

1 GASINF

Parte do trajeto do Gasoduto de Integração Norte Fluminense (GASINF), que passará pelo território quilombola. O gasoduto conectará o Porto do Açú, no município de São João Barra, ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé.

2 GASCAM

Gasoduto que conecta Cabiúnas, em Macaé, a Campos. Foi instalado em 2008 e passa pelo território quilombola, impactando as atividades de pesca e agricultura.

3 Gasoduto Cabiúnas-Vitória (GASCAV)

1 RJ-180

Rodovia construída na década de 1990, sua criação melhorou a mobilidade dos moradores e facilitou o escoamento de produtos agrícolas. Atualmente encontra-se em péssimas condições, tornando mais frequentes os acidentes graves em sua extensão. Em 2023, a Associação Quilombola de Lagoa Fea, com o apoio da Defensoria Pública, enviou um ofício ao Departamento de Estradas e Rodagem solicitando melhorias na RJ-180.

1 Estrada da Barra e Caminho Lagoa Fea x Machadinha

Foi a primeira rua do quilombo e por onde começa o caminho que liga até os rios e até Machadinha. Para chegar à Machadinha é necessário atravessar o rio à canoa e depois, seguir por terra. Foi uma rota de fuga utilizada pelos antepassados e, posteriormente, as pessoas das duas comunidades usavam esse caminho para participar de festas e comercializar produtos. Diante das dificuldades de acesso, os moradores de Lagoa Fea e de Machadinha foram parando de usar esse caminho com o passar do tempo. Tal fato contribuiu para um distanciamento entre as duas comunidades.

2 Rua de Matilde

3 Rua de Dona Laura

4 Rua da mandioca

5 Rua de Mariazinha

6 Rua de Vilson

7 Rua de Sussuca

8 Rua do fogo

9 Rua dos pescadores

10 Rua da Igreja

1 Antiga Usina Cupim

A apropriação do território quilombola por parte da Usina contribuiu para o apagamento da história e da memória do Quilombo. A comunidade conta sobre problemas com desmembramento de cartórios e extravio de documentos. Atualmente funciona como Usina Canabrava.

2 Cemitério

Área em que a comunidade relata ser um antigo cemitério de pessoas escravizadas.

1 Ribeira

2 Área onde os antigos pescadores moravam

1 Área mal assombrada

2 Capela Nossa Senhora da Conceição

3 Campo do União Futebol Clube

Local de socialização e prática de esporte. Atualmente recebe o Projeto Esporte Vida, que oferece aulas de jiu-jitsu e capoeira e, a pedidos da comunidade, estão avaliando a possibilidade de outras atividades relacionadas à cultura de matriz africana, como o jongo. Também foi o local que abrigou as atividades do projeto durante um ano.

4 Bambuzal

5 Jaqueira

6 Antigo local de pesca

7 Quilombo Machadinha

O Quilombo de Machadinha, localizado no município de Quissamã, tem sua história interligada ao Quilombo de Lagoa Fea. Há vários relatos em ambos os quilombos sobre o trânsito de pessoas para realizar comércio, participar das festas e até mesmo sobre rotas de fuga dos antepassados. O Projeto tem fomentado o diálogo entre as comunidades em busca deste resgate histórico e cultural.

1 Unidade Básica de Saúde (UBS) Quilombo

2 Escola Municipal Maria Antônia Pessanha Trindade
A comunidade está pleiteando para ser uma escola quilombola.

1 Observatório Campos dos Goytacazes

1 Sede da fazenda

2 Cancela de acesso à Lagoa

Localizada dentro de uma fazenda, a cancela foi instalada na estrada que dá acesso à Lagoa Fea há, pelo menos, 60 anos. Há aproximadamente 6 anos, o portão foi fechado e só é possível passar pela lateral. Os pescadores registrados têm a chave do portão, mas aqueles que não têm registro passaram a enfrentar maior dificuldade no acesso à Lagoa, o que levou a uma diminuição da atividade pesqueira.

Quilombo Lagoa Fea

Certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2017, a comunidade quilombola habita a região há mais de 150 anos. Sua história está diretamente ligada ao Quilombo do Sossego, no mesmo município, e ao Quilombo de Machadinha, em Quissamã. Muitas famílias vieram fugidas da antiga Fazenda Machadinha e foram se estabelecendo na região. Terra fértil, banhada pelo própria Lagoa Fea e o Rio Macabu, possuíam diversas culturas, principalmente de mandioca, feijão, cana, milho, abóbora, laranja e ervas medicinais, além de fazerem da pesca nos rios e na lagoa uma tradição.



Mapa de Conflitos
Campos dos Goytacazes

A comunidade quilombola habita a região há mais de 150 anos e o Quilombo de Lagoa Fea foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2017. Sua história está diretamente ligada ao Quilombo do Sossego, no mesmo município, e ao Quilombo de Machadinha, em Quissamã. Os quilombolas contam que muitas famílias vieram fugidas da antiga Fazenda Machadinha e foram se estabelecendo na região. Terra fértil, banhada pela própria Lagoa Fea e o Rio Macabu, possuíam diversas culturas agrícolas, principalmente de mandioca, feijão, cana, milho, abóbora, laranja e ervas medicinais, além de fazerem da pesca nos rios e na lagoa uma tradição.

Dos inúmeros problemas que o Quilombo de Lagoa Fea enfrenta, destacam-se: falta de reconhecimento e respeito pelos direitos territoriais, como descaracterização e perda do território quilombola; dificuldade no acesso a políticas públicas e falta de reconhecimento ou inação do poder público frente à caracterização de uma comunidade tradicional.

Se no passado o território era ameaçado principalmente por usinas açucareiras, atualmente somam-se os gasodutos e oleodutos para atender a demanda da rede de produção de petróleo e gás da região, conectando os empreendimentos. Em 2008 o território quilombola foi cortado pelo GASCAM, que conecta Cabiúnas, em Macaé, a Campos. A instalação do gasoduto impactou as atividades de pesca e agricultura.

**Dona Mariarizinha,
matriarca quilombola**





Gasoduto que corta o território quilombola

Em processo de licenciamento está o Gasoduto de Integração Norte Fluminense, GASINF, que conectará o Porto do Açú, no município de São João Barra, ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé. A comunidade está acompanhando o Plano Básico Quilombola desse empreendimento.

Além disso, existe uma cancela que foi instalada na estrada que dá acesso à Lagoa Fea e aos rios há pelo menos 60 anos. Porém, há aproximadamente 6 anos o portão foi fechado e só é possível passar pela lateral, no que os moradores chamam de “mana chica”. Embora os pescadores registrados tenham a chave do portão, aqueles que não têm registro passaram a enfrentar maior dificuldade no acesso à Lagoa, o que levou a uma diminuição da atividade.





Rio Macabu - Limite entre Campos e Quissamã



Lagoa Fea e o Rio Macabu, que divide os territórios quilombolas de Lagoa Fea e Machadinha

Diante desse contexto, a comunidade vem se organizando para resgatar e valorizar a memória e a identidade quilombola, como forma de fortalecimento, resistência e enfrentamento aos conflitos ambientais.



Quilombolas participantes do PEA Rede Observação



Quilombolas de diferentes gerações compartilhando saberes



Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e novembro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados ao território quilombola e considerados importantes pelo grupo prioritário.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 12 e 17. Ele é composto por pontos, linhas e áreas.

O **PONTO AMARELO** refere-se ao Observatório do PEA Rede Observação, enquanto os pontos vermelhos localizam estruturas da fazenda, como a respectiva sede e a cancela que fechou o acesso da comunidade aos rios.

Os **PONTOS BRANCOS** identificam locais de serviço público, como a Unidade Básica de Saúde e a Escola Municipal Maria Antônia Pessanha Trindade, que está sendo pleiteada pela comunidade para ser reconhecida como uma escola quilombola.

Os **PONTOS AZUIS** marcam lugares de referência para a comunidade, como o Campo do União Futebol Clube, a Capela Nossa Senhora da Conceição, o antigo local de pesca no Rio Velho, os locais rodeados de mistérios devido à presença de personagens do folclore brasileiro, bem como a localização do Quilombo Machadinha, em Quissamã.

A **ÁREA AZUL** sinaliza o território do Quilombo de Lagoa Fea.

A área marrom identifica uma área onde existia um tronco onde as pessoas escravizadas foram agredidas. O tronco foi retirado pelos próprios moradores da comunidade para liberar a área para plantação.

Já as **ÁREAS VERMELHAS** demarcam áreas de disputa, sendo referentes à antiga Usina Cupim e à provável área onde era o cemitério de pessoas escravizadas.

As **LINHAS ROSAS** representam as ruas. No processo de mapeamento o grupo explicou a origem dos nomes de cada rua e identificou elementos que constituem a identidade da comunidade quilombola e que estão presentes na memória coletiva, como as rezadeiras e parteiras, as lendas e as manifestações culturais, como o fado. Além das ruas onde estão localizadas as moradias, a maior linha representa o caminho de acesso ao rio novo e ao Quilombo Machadinha, que era feito a partir da Estrada da Barra, primeira rua de Lagoa Fea. Foi uma rota de fuga utilizada pelos antepassados e, posteriormente, as pessoas das duas comunidades usavam o caminho para acessar o quilombo vizinho para participar de festas e comercializar produtos.

As **LINHAS AZUIS** são os rios utilizados pela comunidade para lazer e pesca. São eles: o Rio Velho, o Rio Macabu (ou Rio Novo) e o Canal Campos-Macaé.

A **LINHA BRANCA** identifica a rodovia RJ-180, construída na década de 1990 e que no início melhorou a mobilidade dos moradores e facilitou o escoamento de produtos agrícolas, mas, hoje em dia, se encontra em péssimas condições.

As **LINHAS COR DE CHUMBO** localizam os dutos GASCAM e GASCAV e por onde passará o GASINF.

Durante os encontros, o grupo relatou sobre as disputas com fazendeiros e os elementos marcantes para a identidade quilombola, abordando histórias presentes na memória coletiva. Ao refletir sobre processos de apagamento histórico e cultural, o grupo reforçou a importância da valorização da cultura e tradição quilombola, pois, através do reconhecimento enquanto pertencente a uma comunidade tradicional, as pessoas têm lutado por seus direitos e políticas públicas específicas.

No site² do projeto é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

2. Navegue pelo mapa em pearedeobservacao.com



Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito

A comunidade atua com foco nas pautas ligadas ao reconhecimento e valorização da identidade quilombola para o resgate e manutenção das práticas tradicionais, visando a organização social.

Em 2022, conseguiram a regularização da Associação Quilombola de Lagoa Fea e, nos últimos anos, representantes da comunidade têm participado de eventos voltados para as questões da cultura e direitos quilombolas. Um exemplo foi a participação no evento “Aquilombar”, realizado em Brasília pela CONAQ, cujo objetivo era reunir todos os quilombos do Brasil e a população não quilombola para atuar em busca de políticas públicas para os remanescentes quilombolas. Além disso, em 2023, houve a participação no 4º Festival Nacional da Juventude Rural; evento sobre políticas públicas para a população preta; Marcha das mulheres quilombolas; e audiência pública na câmara dos vereadores sobre a saúde.



Artesanato da quilombola Rosilene



Evento Aquilombar com quilombolas de todo o Brasil



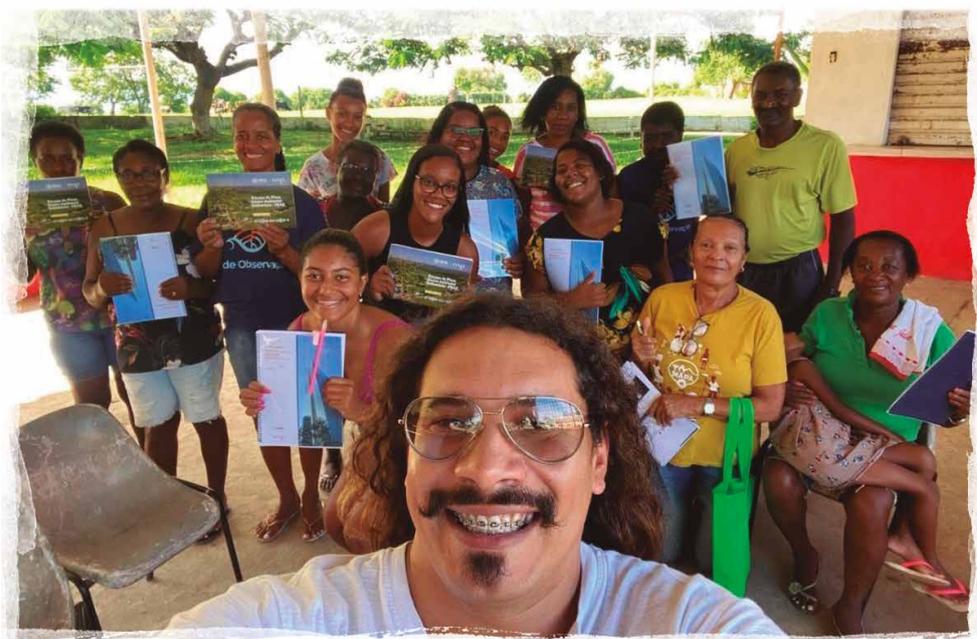
Quilombolas de Lagoa Fea no Aquilombar

Para além da falta de reconhecimento, também enfrentam a falta de respeito em relação aos direitos territoriais da comunidade quilombola. Muitas vezes a expansão das atividades industriais ocorre sem consulta ou consentimento prévio da comunidade, desrespeitando seus direitos ancestrais à terra. Isso gera tensões e conflitos, tornando ainda mais difícil para os quilombolas protegerem seu território. Para enfrentar esse conflito ambiental, a comunidade quilombola tem buscado apoio de advogados e defensores públicos para fazer valer seus direitos e proteger o território em que vivem.

O grupo está acompanhando o licenciamento da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Infraestrutura de Gasoduto (Gasoduto de Integração Norte Fluminense - GASINF), licenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente. Em 2021, foram realizadas reuniões para debater o Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e formular o Plano Básico Quilombola (PBAQ). Como resultado foram definidas as seguintes linhas de ação: Comunicação Social Quilombola; Educação Socioambiental para os Trabalhadores da Obra com Enfoque Quilombola; Plano de Gestão Viária; Apoio à Saúde e à Educação Quilombola; Geração de Renda, Autonomia e Sustentabilidade Social; Fortalecimento Territorial e Cultural; Fortalecimento Institucional.

Em 2023, a Associação Quilombola de Lagoa Fea, com o apoio da Defensoria Pública, enviou um ofício ao Departamento de Estradas e Rodagem solicitando melhorias na RJ-180.





Reunião da comunidade para estudo e discussão do PBAQ

Em novembro do mesmo ano, uma articulação entre o PEA Rede Observação e o QUIPEA viabilizou a realização de um intercâmbio. Quilombolas de Lagoa Fea participaram do evento "Dia da Consciência Negra" realizado no Quilombo de Machadinha. Este encontro foi muito significativo para o restabelecimento da comunicação entre as comunidades, que, com o passar dos anos, haviam se distanciado. A troca de experiências proporcionou o resgate de diversas histórias ligadas à constituição dos quilombos, ao parentesco e à cultura do fado e do jongo compartilhada em ambos os territórios.

Integrantes do Rede Observação participam do Dia da Consciência Negra no Quilombo de Machadinho



Encontro no Memorial Machadinho



Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.



Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.



CRÉDITOS

Integrantes do Mapeamento Participativo em Campos dos Goytacazes

Ana Beatriz
Celi Pinto
Érica Souza
Genilza Couto
Gilton Rodrigues
Gineia Miguel
Kemilly Ribeiro
Lívia Marcia
Luciane Trindade
Maria de Lurdes
Maria Eduarda
Marizete Ricardo
Marlene Rodrigues
Marllon de Jesus
Máxima Maria
Natan Rodrigues
Rosilene Maria
Sheila de Jesus
Tatiane Sardinha

EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO

Coordenadora geral

Camila Panno

Orientador metodológico

Carlos Frederico Loureiro

Educadoras de Formação e Pesquisa

Camila Souza, Raynan Aguilar e Yashmin Loureiro

Educadores de Comunicação Popular

Gabriel Amorim e Murilo Marques

Educadores de Teatro do Oprimido

Anelise Vargas e Júlio Caldeira

Articuladores locais em Campos dos Goytacazes

Leticia de Jesus e David Teixeira

EQUIPE PRIO

Coordenadora de socioeconomia

Aline Almeida

Pesquisa e elaboração

Yashmin Loureiro

Revisão do conteúdo

Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilar

Mapas

Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

Projeto gráfico

Pedro Biz

Ilustrações

Pedro Biz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L892m Loureiro, Yashmin.
Mapa de conflitos e resistências: Campos dos Goytacazes / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.

28 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-738-5

1. Cartografia social – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Biz, Pedro. II. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.



A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



PRIO

ambiental
Engenharia e Consultoria